

**Veículo:** Século Diário

**Data:** 12/06/2019

**Link:** <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia greve-geral-tera-ato-publico-na-federacao-das-industrias-do-espírito-santo>

## Greve Geral terá ato público na Federação das Indústrias do Espírito Santo

Rodoviários já informaram à Justiça que ônibus param à zero hora desta sexta-feira (14)



✖ Direitos | 🗨️ De Jussara Baptista | 📅 quarta, 12 de junho de 2019 |  
🕒 Atualizado em: quarta, 12 de junho de 2019, 13:06

Os preparativos para a Greve Geral, marcada para esta sexta-feira (14), já estão acordados entre centrais sindicais, sindicatos, associações de classe, movimentos sociais e populares do campo e da cidade, além do movimento estudantil, que farão a paralisação no Espírito Santo contra o desmonte de políticas públicas promovido pelo governo Jair Bolsonaro (PSL), os retrocessos na aposentadoria com a reforma da Previdência Social, em defesa da Educação e contra o desemprego. A programação tem como ponto principal um ato público que será realizado às 13 horas em frente à sede da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines), na Avenida Reta da Penha, em Vitória.

A Greve Geral pretende mobilizar, além da comunidade escolar em todos os níveis que já tomaram as ruas em dois grandes protestos em maio contra os cortes na educação pública, os trabalhadores de todas as áreas (do setor privado e público). No Espírito Santo, o Sindicato dos Rodoviários já enviou por meio de ofício um comunicado oficial à Justiça e ao Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) informando que os ônibus deixarão de circular à zero hora do próximo dia 14.

O sindicato capixaba aderiu à decisão de trabalhadores em Transportes de todo país decidiram aderir à Greve Geral. A adesão foi anunciada durante o lançamento da Frente Parlamentar Mista dos Trabalhadores em Transportes, no último dia 5, na Câmara Federal dos Deputados, em Brasília.

Devem paralisar suas atividades ainda os aviários, aeroportuários, portuários, motoristas e cobradores rodoviários e metroviários e ferroviários. Também motoristas de moto, frete, táxi, carga em geral e de aplicativos. Os motivos para a adesão foram especificados em uma carta, entregue pelos trabalhadores durante a solenidade. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/19, da contrarreforma da Previdência, e as Medidas Provisórias que atacam o movimento sindical foram citados como motivo para a paralisação.

### Luta permanente

Diante do quadro de recrudescimento dos direitos dos estudantes e trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes (UNE) também participa da greve geral em todo o país. O movimento, impulsionado pelas últimas grandes manifestações contra os cortes na educação, promete continuar a luta e ainda rechaçar a alta do desemprego no país e a tentativa de reforma da Previdência do governo Bolsonaro.

A comunidade escolar capixaba deve voltar às ruas após manifestações expressivas das comunidade escolares da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e do Instituto Federal capixaba (Ifes) nos protestos #15M e #30M (realizados em 15 e 30 de maio, respectivamente) contra os cortes na educação pública.

A presidenta da entidade Marianna Dias, destacou que este é um momento desafiador, com conquistas importantes sob ameaça. "A UNE precisa estar vigilante para ser a vanguarda da luta. A luta por mais empregos, a luta contra essa reforma da previdência e, principalmente, na defesa da educação de qualidade. São muitos os retrocessos que prejudicam os estudantes e trabalhadores. Não podemos deixar nada disso passar", concluiu.

### Cortes contestados na Justiça

Nessa terça-feira (11), a Advocacia Geral da União (AGU) pediu na Justiça para derrubar a Liminar que suspende o bloqueio orçamentário praticado pelo Ministério da Educação (MEC). A medida, protocolada na sexta-feira 8, por decisão da juíza da 7ª Vara Federal, Renata Almeida de Moura Isaac, de Salvador Salvador, foi feita a pedido do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (DCE/UnB).

Além de suspender o corte nas universidades, a ação determina que se suspenda os bloqueios impostos ao Instituto federal e a Universidade Federal do Acre. O MEC tinha o prazo de cumprir a decisão dentro do prazo de 24 horas, sob o risco de pagar indenização de R\$ 100 mil por dia.